

POLÍTICA NACIONAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA COMPREENSÃO BASEADA NAS VIVÊNCIAS DOS PROFISSIONAIS

NATIONAL POLICY FOR PEOPLE IN STREET SITUATION: NA UNDERSTANDING BASED ON PROFESSIONALS' EXPERIENCES

Manoela Fernanda Milliano Alves¹

João Paulo Martins²

Marina Rodrigues Bighetti Godoy³

RESUMO

A População em Situação de Rua é um grupo heterogêneo de pessoas que tem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos e a falta de habitação, levando-os a utilizar logradouros públicos como moradia ou sustento. Dados atuais mostram que 281.472 pessoas encontram-se em situação de rua no Brasil e entre os motivos comuns destacam-se os conflitos familiares, uso de substâncias e falta de moradia. Devido à grande variação característica, é exigida das equipes técnicas maior variedade em seus profissionais; compreendemos os mesmos como a linha de frente para a aplicação das Políticas Públicas para Pessoas em Situação de Rua. O objetivo desta pesquisa foi compreender as percepções dos profissionais acerca das Políticas com base em suas vivências na prática.

Para o desenvolvimento foi elaborado um questionário estruturado composto por 7 questões abertas, disponibilizado para 31 profissionais e respondido por 6. Ao final do estudo, foi concluído que as Políticas Para População de Rua são importantes e bem desenvolvidas, porém, são passíveis de alterações para serem mais efetivas de acordo com a necessidade do público-alvo.

Palavras-Chave: Pessoas em situação de rua; Falta de Habitação; Psicologia Social.

Abstract

The Homeless is a heterogeneous group of people who have in common extreme poverty, interrupted family ties and lack of housing, leading them to use public places as housing or livelihood.

¹Discente do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru

²Coorientador e Docente do Curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru

³Orientadora e Docente do Curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru

Current data show that 281,472 people are homeless in Brazil and among the common reasons are family conflicts, substance use and homelessness. Due to the great characteristic variation, it is required of the technical teams greater variety in their professionals; we understand them as the front line for the application of Public Policies for Homeless. The aim of this research was to understand the perceptions of professionals about the Policies based on their experiences in practice. For the development, a structured questionnaire was elaborated consisting of 7 open questions, made available to 31 professionals and answered by 6. At the end of the study, it was concluded that the Policies for the Homeless are important and well developed, however, they are subject to changes to be more effective according to the needs of the target audience.

Key Words: Street people; Lack of Housing; Social Psychology.

INTRODUÇÃO

A População em Situação de Rua (PSR) é um fenômeno mundial com características próprias de cada país ou região, influenciadas por seu contexto histórico, social e político (CRP-MG, 2015). No Brasil, ao final do sistema servil, já não era de interesse dos senhores preservar as classes despossuídas e a partir dessa realidade, cada um deveria buscar seus sustentos no novo modelo de mercado, porém, não havia habitação ou trabalho para todos. Foi neste momento que a rua passou a ser vista como meio de sobrevivência, seja para trabalho ou moradia (BURSZTYN, 2003).

Historicamente, o tratamento com a

população em situação de rua (PSR) é marcado por repressões e invisibilidade, posto que, foram instituídas penas contra a vadiagem disponíveis nos Códigos Criminal (1830) e Penal (1890), e estas foram revogadas somente em 2009 com a promulgação do Decreto N° 7.053/2009 que regulamenta a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua (PNPSR), (NATALINO, 2023). A partir dela, a População em Situação de Rua passa a ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema, vínculos sociais fragilizados ou interrompidos e que faz uso dos logradouros públicos para pernoite, moradia ou sustento (BRASIL, 2009a, p.16).

Entre as diretrizes da PNPSR destacam-se a promoção dos direitos em todas as suas instâncias, articulação das Políticas Públicas de todas as esferas Governamentais, incentivo e apoio à participação da PSR no desenvolvimento das Políticas Públicas desde sua formulação até a avaliação final das mesmas (BRASIL, 2009a, p.16). Além dos já citados, seu objetivo é o de assegurar acesso a todos os programas que integram as Políticas Públicas, implementar centros especializados para atendimento a essa população de acordo com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e disponibilizar programas de qualificação com o intuito de promover a reinserção no mercado de trabalho (BRASIL, 2009a, p.16).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de pessoas em situação de rua teve um aumento de 38% entre 2019 e 2022, chegando a 281.472. Entre as características comuns que motivam a ida às ruas, destacam-se o uso de substâncias psicoativas, desemprego e

conflitos familiares (BRASIL, 2020).

Ela é composta por pessoas com as mais diversas características e necessidades, o que exige das equipes maior diversidade em seus profissionais. Através deles que as políticas públicas são colocadas em prática, portanto, são considerados a linha de frente da mesma. Diante disso, a presente pesquisa foi desenvolvida com os profissionais da cidade de Bauru que oferta os serviços e estes são fundamentados pela Tipificação Nacional dos Serviços e através deles estabelece e regulamenta os princípios norteadores adotados pela Secretaria de Bem Estar Social (SEBES) para a execução dos serviços, sejam elas realizadas pelo município ou parcerias (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, 2023).

O trabalho com a população alvo desta pesquisa é fundamentado pela Política Nacional para a População em Situação de Rua, alocado nos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As equipes atuam em sistema de rede, o que proporciona ao usuário um atendimento mais efetivo com o que é proposto pela PNPSR. Dentre os seus objetivos, inclui-se: acolhida na rede socioassistencial, construção de novos projetos de vida, resgatar e preservar a autonomia do usuário e acesso às ações para a sua reinserção social através do trabalho e retomada de vínculos familiares e comunitários. Os serviços podem ser executados pelo município ou através de parcerias.

A seguir definimos os serviços, entidade responsável pela execução na cidade de Bauru e os profissionais atuantes nos mesmos:

1 - Serviço de Abordagem Social (Média Complexidade):

Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.

O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (BRASIL, 2014a).

Seus objetivos são: construir e possibilitar o processo de saída das ruas, acesso às redes de serviços e benefícios socioassistenciais, identificar indivíduos e famílias com direitos violados, a natureza das violações, condições e estratégias de sobrevivência, aspirações, desejos e relações institucionais. Além destes destacam-se também a promoção e divulgação do serviço, direitos e necessidades de inclusão social e a promoção de ações para a reinserção social (CNMP, 2015a).

Em Bauru é desenvolvido pela Casa do Garoto (PMB, 2023a). Segundo os Princípios Norteadores, sua equipe deve ser composta por 11 profissionais e estes são divididos da seguinte forma: 2 Assistentes Sociais; 2 Psicólogos; 1 Trabalhador do SUAS (assistente social, pedagoga, terapeuta ocupacional, antropólogo, sociólogo); 04 Educadores Sociais e 3 motoristas.

2 - Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro-POP) (Média Complexidade):

Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil (BRASIL, 2014b).

O Serviço se caracteriza como um equipamento de portas abertas, tornando-se referência para o convívio grupal social. Deve funcionar em dias úteis, possivelmente durante feriados, final de semana e período noturno. Realizam também a inscrição e atualização do CadÚnico. Seu acesso se dá por busca espontânea ou encaminhamento por serviços como a Abordagem Social (CNMP, 2015b).

Em Bauru atende a população de 18 a 59 anos e possui capacidade para 20 pessoas. (PMB, 2023b). Sua equipe é formada por 13 pessoas e são divididas da seguinte forma: 1 Coordenador; 1 Psicólogo; 1 Assistente Social; 1 Terapeuta Ocupacional; 6 Cuidadores; 1 Cozinheiro; 1 Motorista e 1 Auxiliar de Limpeza.

3 – Serviço de Acolhimento Institucional (Alta complexidade):

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral (BRASIL, 2014c).

A unidade deve funcionar com características residenciais e ser o mais acolhedor possível. As regras devem ser elaboradas em conjunto com os usuários a fim de conservar a autonomia de cada

um de acordo com as suas especificidades. Complementando o acolhimento, existem as Casas de Passagem que são unidades de acolhimento imediato e emergencial, focadas em identificar as demandas emergentes e realizar os devidos encaminhamentos a partir de um olhar individualizado e focado nas necessidades de cada usuário (CNMP, 2015c).

A cidade conta com quatro unidades que são geridas pelas entidades Centro Espírita Amor e Caridade – Albergue Noturno (Unidade Masculina/Famílias); Comunidade Bom Pastor (Feminina/Casal e Unidade Mista) e Equipe Cristo Verdade que Liberta – Esquadrão da Vida (Adultos/Famílias) (PMB, 2023c). Sua equipe é formada por 13 pessoas e são divididas da seguinte forma: 1 Coordenador; 1 Psicólogo; 1 Assistente Social; 1 Terapeuta Ocupacional; 6 Cuidadores; 1 Cozinheiro; 1 Motorista e 1 Auxiliar de Limpeza.

4 – Serviço de Acolhimento em Repúblicas – (Alta Complexidade):

Serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação (BRASIL, 2014d)

O serviço deve contar com equipe técnica de referência que possibilite uma gestão coletiva da moradia e acompanhamento psicossocial dos usuários, encaminhamento para outros serviços, programas e benefícios ofertados pela rede socioassistencial (CNMP, 2015d).

Bauru conta apenas com a República de Idosos; atualmente o serviço é gerido pela Comunidade Bom Pastor (PMB, 2023d). Sua equipe conta com 5 técnicos que são divididos da seguinte forma: 1 Coordenador; 1 Psicólogo; 1 Assistente Social; 1 Ajudante Geral e 1 Cuidador.

Além destes, existe também o Consultório na Rua que oferece atendimento extramuros, realizado através de um dispositivo clínico comunitário que oferta atendimentos aos usuários em seu próprio local de habitação, sem a necessidade do deslocamento até uma unidade de saúde. Além dos atendimentos, são desenvolvidas identificações de locais e realidades de uso de substâncias e a partir delas, desenvolver estratégias de enfrentamento. Os profissionais buscam uma atuação pautada no respeito e reconhecimento favorecendo a aproximação social deste usuário. Em Bauru iniciou o atendimento em Abril de 2018 e segue atuante até o momento. Sua equipe conta com Médico, Psicólogo, Técnicos de Enfermagem, Enfermeiro, Assistente Social e Motorista (PMB, 2019).

Contudo, por mais que se tenha a implantação e funcionamento dos serviços na cidade de Bauru, cabe como objetivo do presente estudo compreender as percepções destes profissionais acerca do assunto, com base em suas vivências e impressões pessoais sobre o desenvolvimento, aplicação na prática e mudanças que consideram relevantes.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi desenvolvida na cidade de Bauru com os profissionais que atuam com

essa população e são vinculados aos serviços que são fundamentados pela Resolução 109 de 2009, Tipificação Nacional dos Serviços e através deles estabelece e regulamenta os princípios norteadores adotados pela Secretaria de Bem Estar Social (SEBES) para a execução dos serviços, sejam elas realizadas pelo município ou parcerias (PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, 2023).

Trata-se de uma pesquisa exploratória realizada com os profissionais através de um questionário estruturado, composto por 7 questões abertas desenvolvidas pela autora, baseado nos dados levantados. Estimou-se o tempo de 20 a 30 minutos para a resposta do mesmo, levando em consideração a possibilidade de riscos como cansaço, dores provocadas por má postura, desconforto e constrangimento. Pensando nos dois últimos, o questionário não teve nenhuma questão diretiva que possa levar a identificação do colaborador e possíveis consequências ao mesmo.

Tal questionário, avaliado e aprovado pelo CEP (Comitê de Ética em Pesquisa) sob o CAAE: 68555423.8.0000.5423, foi enviado por e-mail para 31 profissionais via Google Forms através do link <https://forms.gle/3kZW84Y-VRfU7Mz56>, divididos entre os serviços ofertados pela cidade. O período de realização da coleta dos dados foi de Setembro e Outubro de 2023 e obteve 6 respostas.

No intuito de compreender o núcleo do pensamento do colaborador da pesquisa e suas percepções através de suas vivências, os dados foram analisados fazendo uso de evidência qualitativa, por meio da análise de conteúdo de Bardin. Essa se caracteriza por três fases, a saber: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2006).

Resultados

Diante do que foi levantado, compreendemos os profissionais como a linha de frente para o desenvolvimento e aplicação das políticas públicas junto à PSR. Portanto, o público-alvo da pesquisa foram os profissionais atuantes na cidade de Bauru, a fim de compreender as suas percepções acerca do que é proposto pelas PNPSR, quais são efetivas, os métodos de trabalho e as mudanças que ao seu olhar seriam relevantes, pautados por suas vivências obtidas na prática.

A pesquisa que fora desenvolvida através de um questionário composto por 7 questões abertas, disponibilizado para 31 profissionais, recebeu 6 respostas. A apresentação dos resultados seguiu como critério de apresentação a ordem das questões da entrevista. Para ser mais bem observado e constatado, foram colocadas as perguntas na íntegra e as percepções das pessoas entrevistadas. As percepções aqui elencadas foram postas de forma geral. Dessa forma, os profissionais apresentaram como percepção sobre os serviços oferecidos pelo município os seguintes itens:

- Como você avalia as políticas públicas voltadas para a PSR?

Os participantes consideram que a PNPSR é uma conquista para a PSR, visto que, a partir delas que o acesso aos serviços tornaram-se possíveis e os direitos individuais e coletivos foram garantidos. São boas e alinhadas com os Direitos Humanos, promovem a inclusão social e o resgate da dignidade dessas pessoas, auxiliando inclusive em seu desenvolvimento. Porém,

apesar dos avanços já alcançados, a aplicação prática esbarra em muitos desafios e se torna falha por fatores como a baixa participação dos usuários em sua elaboração e com isso não contemplam as necessidades reais e atuais dos mesmos. Devido à baixa oferta de trabalho, eles sobrevivem de trabalhos informais e na maioria das vezes são explorados como mão de obra barata, o que dificulta ainda mais o processo de saída das ruas. Atualmente, a cidade de Bauru possui uma PSR maior do que comporta, faltam vagas nos serviços de acolhimento e estes trabalham a abstinência das substâncias psicoativas, inviabilizando o acesso para grande parte dos usuários; para um atendimento eficaz nessa área, é de grande importância uma unidade de CAPS AD em funcionamento 24h.

- Quais conceitos e técnicas você considera os mais importantes para a atuação com a PSR?

Os conceitos e técnicas elencados pelos participantes foram o acolhimento, atendimento individual e humanizado, coletividade e inclusão social; redução de danos, contrafissura, plasticidade psíquica, decolonialismo e necropolítica; empatia, respeito, cultura e diversidade, direitos humanos e trabalho em rede; encaminhamentos, orientação e o comum em todas as respostas foi a escuta ativa e qualificada.

- O serviço deve ser desenvolvido em sistema de Rede. Com base em sua vivência e atuação, como você analisa a interação entre as equipes e a assistência forneci-

da pela Rede de referência?

A interação entre os serviços foi considerada mediana, pois, só será efetiva quando todas as políticas trabalharem juntas. Interrompida, pois, a rede rompe com projetos de vida e possibilidades, diálogos, discursos e procedimentos, fechando portas e repetindo o ciclo de vida do usuário. Desafiadora devido à complexidade das demandas encontradas todos os dias, diferentes abordagens adotadas por cada equipe e falta de reuniões periódicas para discussões de caso; porém, essas situações são amenizadas com o suporte oferecido pela Rede de Referência e Órgão Gestor (SEBES) que promove orientação e suporte aos profissionais para os atendimentos. Morosa devido ao descompromisso dos serviços que não assumem os procedimentos que são de sua responsabilidade e repassam as demandas aos demais. Importante para o desenvolvimento do usuário, principalmente entre Centro POP e CAPS AD com o tratamento à dependência.

- Quais os principais dificultadores para o bom desenvolvimento do serviço?

As dificuldades encontradas são comuns entre os participantes e destacam-se os entraves pessoais; as diferentes perspectivas morais e baseadas no senso comum que afetam o desenvolvimento do trabalho; a falta de integração, compromisso e responsabilidade da rede; estigma e resistência da comunidade que se incomoda com o “morador de rua” e realiza denúncias “solicitando que retire o sujeito do local em que se encontre”; falta de moradias e vagas nos serviços de acolhimento;

dificuldade do usuário em se vincular aos serviços e lidar com as próprias frustrações como as recaídas; os profissionais que exercem o Serviço de Abordagem Social estão constantemente expostos às situações de risco como violência e agressões físicas e emocionais.

- O seu setor oferta qual tipo de serviço para a PSR? O que difere a atuação dele para os demais e qual a sua importância?

Os serviços não foram identificados em todas as respostas, porém, obtivemos que o trabalho é desenvolvido em rede e oferta serviços como acesso a documentos e aos serviços socioassistenciais. A Proteção Social é hierarquizada entre Básica e Especial e visa prevenir as situações de risco através do desenvolvimento das potencialidades individuais e a retomada ou o fortalecimento dos vínculos familiares.

O Serviço de Abordagem Social oferece acolhimento institucional, orientação e encaminhamento para os serviços da Assistência Social, saúde, habitação, entre outros. O atendimento da equipe se difere dos demais, pois, vai até a pessoa e consegue mais facilidade para a criação de vínculos, facilitando a adesão aos programas e projetos sociais. Oferece escuta de qualidade e empática e quando não é aceito o acolhimento, ofertam roupas e cobertores com o intuito de proporcionar o mínimo de “conforto” e dignidade nas ruas.

- As atividades são desenvolvidas em equipe? Qual o nível de liberdade você possui para colocá-las em prática?

As atividades exercidas pela Abordagem Social são realizadas pelos técnicos de referência através de seus conhecimentos e habilidades específicas, e os educadores do período auxiliam na construção de novos saberes e conscientização do indivíduo em relação aos seus direitos, deveres e possibilidades de transformação social. Desenvolvem diversas atividades sociais e possuem grande liberdade para desenvolvê-las, desde que respeite as políticas públicas, diretrizes do órgão gestor e protocolos dos serviços. Porém, enfrentam entraves na execução de atividades de sociabilidade e lazer por depender da autorização do Órgão Gestor.

As ações sempre são discutidas com a equipe antes de serem executadas e há bastante liberdade para colocar em prática toda e qualquer atividade. São desenvolvidas em ambiente humanizado.

- Quais alterações nas políticas direcionadas a PSR você considera interessantes?

Os participantes consideraram relevante que haja uma maior participação da PSR no direcionamento das políticas e a criação de um comitê de avaliação das mesmas, fortalecendo a população e dando mais voz a eles. As políticas são boas, porém, precisam ser colocadas em prática, se tornassem realidade já seria satisfatório. Trabalhar a redução de danos de forma ampla e não com olhar moral que vê um incentivo ao uso de SPA's, ao invés de proliferar comunidades terapêuticas pela cidade. Aumento dos serviços de acolhimento e menos pessoas acolhidas por instituição, pois, assim é possível ofertar um

atendimento de melhor qualidade. Desenvolvimento de programas de treinamento e desenvolvimento de habilidades sociais; encaminhamentos e parcerias com empresas locais para incentivar a contratação da PSR e maior investimento em moradias populares, como o programa Recomeço da Capital Paulista que ofertava trabalho e moradia, tornando o processo de saída das ruas mais acessível.

A partir das respostas colhidas, vê-se que a grande maioria dos profissionais entrevistados concorda que a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua é bem desenvolvida teoricamente, porém, é falha quando os serviços oferecidos na cidade de Bauru realizam a sua aplicação na prática. Os motivos que mais foram levantados pelos participantes são as dificuldades em estabelecer o trabalho em rede, visto que, os profissionais dos serviços evitam assumir as responsabilidades sobre o que cabe a cada instituição e repassam as demandas aos outros, tornando-se um ciclo. Os serviços possuem liberdade para executarem suas atividades dentro de suas equipes, porém, quando elas devem ser realizadas em conjunto com a rede encontram problemas para realizar as articulações necessárias.

O processo de saída das ruas é desafiador e a falta de vagas em serviços de acolhimento, baixa oferta de trabalho, falta de investimento em capacitação e parcerias com empresas, e o preconceito que assola essa população são os principais dificultadores para que ele aconteça.

Foi considerado por todos os participantes que o mais importante durante o atendimento da PSR é a escuta ativa e de

qualidade, pois, é a partir daquele momento que um vínculo saudável começa a ser construído. Despir-se de suas convicções morais enquanto está atuando é essencial para não contaminar o relato do indivíduo com as percepções pessoais de cada um.

Unânime entre os participantes também se destaca a baixa participação dos usuários no desenvolvimento e acompanhamento das Políticas Públicas, considerando que eles são os maiores interessados no que será proposto e sabem exatamente quais as necessidades que devem ser abarcadas por elas. Este também pode ser considerado um fator importantíssimo para que a aplicação seja falha. Mesmo que a PNPSR seja considerada um importante marco na luta pelos direitos da PSR, ainda há muito para melhorar e adequar.

Discussões

Para iniciar a discussão é preciso compreender a diferença entre os termos “morador de rua” e “pessoa em situação de rua”. O primeiro refere-se a uma condição definitiva do indivíduo; o segundo compreende a situação de rua como algo temporário e passível de mudanças desde que o indivíduo tenha acesso às Políticas Públicas de moradia, saúde, emprego e educação, e aos serviços ofertados pela Rede Socioassistencial (SICARI, 2008), reforçando que a garantia de direitos favorece o processo de saída das ruas.

O Decreto N°7. 053/2009 assegura com a PNPSR que a População em Situação de Rua terá garantido por lei o acesso seguro e simplificado aos programas e serviços ofertados à população geral. Instituem princípios norteadores como igual-

dade, equidade, respeito, dignidade, valorização a vida e cidadania, e atendimento livre de qualquer caráter discriminatório. Os serviços foram instituídos objetivando o acesso a documentos pessoais, encaminhamentos para demais serviços como acolhimento, capacitação profissional e acesso à renda, cultura, esporte e lazer.

Há diversas razões que levam o indivíduo às ruas e cabe às equipes oferecer atendimento individualizado, com escuta ativa e livre de pré-julgamentos baseados em suas vivências. Deve-se respeitar a individualidade de cada usuário do serviço, visto que, será o agente de conscientização e garantia dos direitos do mesmo. Os serviços integrantes da Rede Socioassistencial do município devem ser interligados e atuar em conjunto visando alcançar os objetivos propostos, tendo como primordial a saída das ruas e reinserção social do usuário.

Os participantes deste estudo consideram que a Política Nacional para Pessoa em Situação de Rua é uma vitória e indispensável na luta pela garantia dos direitos dos indivíduos, porém, enfrenta diversos desafios para sua aplicação na prática. A articulação da rede que é prevista pela PNPSR foi, em sua maioria, considerada importante, mas insatisfatória, elencaram motivos como a morosidade na atuação dos serviços que se eximem de suas responsabilidades e repassam as demandas aos demais. Devido a isso, rompem com projetos de vida dos indivíduos e repetem os ciclos que ele enfrentou até chegar às ruas, e prejudica o processo de ressocialização. Outra problemática é a diferença nas atuações das equipes e serviços que

não são discutidas com a rede por falta de encontros rotineiros para discussão de casos e alinhamento de ideias. Além destes, ocorrem entraves pessoais entre os profissionais e estes dificultam a aplicação da PNPSR e prejudicam o principal interessado em seu desenvolvimento: o usuário.

O acesso ao lazer e cultura também se encontram nos princípios norteadores, porém, na prática existem dificultadores como recursos financeiros e aprovações dos órgãos envolvidos.

Alinhado com a Política, os participantes identificaram como prioridade o atendimento humanizado pautado pelos direitos humanos e a escuta ativa e qualificada. É neste momento que se torna possível a criação de vínculos e a coleta de informações relevantes para o processo do usuário, considerando até mesmo que em sua vivência nas ruas, dificilmente têm atenção de alguém que não seja do mesmo ciclo em que está evidenciando a exclusão social sofrida por eles.

As Políticas Públicas são importantes, porém, precisam de reformulações e para que estas aconteçam de forma efetiva se faz necessário considerar as características regionais e as necessidades que cada uma possui, visto que, as dificuldades enfrentadas pela PSR de Bauru não são as mesmas enfrentadas pelas cidades de outros estados. Para que essas modificações aconteçam, é imprescindível que haja maior participação dos usuários no desenvolvimento das Políticas Públicas para cada município e região, considerando que somente eles sabem de fato o que enfrentam, precisam e o que funciona ou não em seu dia a dia.

O acolhimento institucional que também é previsto, se torna falho pelo número insuficiente de vagas e espaços destinados a este serviço na cidade. Atrelado a ele, está à falta de oferta tra-

balhista e capacitadora para os indivíduos que sofrem com o estigma social por sua situação, e estes poderiam ser modificados com parcerias e encaminhamentos para empresas locais.

De maneira geral, os participantes concordam com as propostas, mas elencam mudanças que as tornariam mais eficazes e funcionais para o público alvo e seus agentes de aplicação.

Considerações finais

Considerando os resultados e discussões apresentados, o estudo oferece insights valiosos sobre a aplicação prática da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua (PNPSR) na cidade de Bauru. Os profissionais entrevistados destacam a importância das políticas públicas na promoção dos direitos individuais e coletivos da população em situação de rua, reconhecendo a PNPSR como uma conquista nesse sentido.

Entretanto, os resultados também apontam desafios significativos na implementação efetiva dessas políticas. A falta de participação dos usuários na elaboração das políticas, a baixa oferta de trabalho, a resistência da comunidade, a escassez de vagas nos serviços de acolhimento e a necessidade de uma maior integração entre os serviços foram identificados como obstáculos cruciais.

A discussão destaca a importância da escuta ativa e qualificada no atendimento à população em situação de rua, enfatizando a construção de vínculos saudáveis como elemento essencial. Além disso, ressalta a necessidade de reformulações nas políticas públicas, considerando as características regionais e a participação efetiva dos usuários no desenvolvimento dessas políticas.

A conclusão do estudo sugere que, embora a PNPSR seja considerada teoricamente bem

desenvolvida, sua aplicação prática em Bauru enfrenta desafios relacionados à articulação da rede, entaves pessoais entre os profissionais e a falta de alinhamento nas ações das equipes.

As recomendações, como apontam os participantes, sendo a criação de um comitê de avaliação das políticas, maior participação da população em situação de rua na definição dessas políticas, e o desenvolvimento de programas de treinamento e parcerias com empresas, oferecem perspectivas valiosas para aprimorar a eficácia das políticas voltadas para a população em situação de rua em Bauru. Essas sugestões, se implementadas, podem contribuir para superar os desafios identificados e melhorar a qualidade do atendimento e suporte oferecido a essa população vulnerável.

Referências

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BRASIL. Decreto Nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional para a PSR e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 24 dez. 2009a, p.16-17. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de Saúde Mental. Consultórios de Rua do SUS: material de trabalho para a II Oficina Nacional de Consultórios de Rua do SUS. Brasília: Ministério da Saúde/EPJN-FIOCRUZ, 2010a. Disponível em: <https://www.gov.br/sau-de/pt-br/composicao/saps/consultorio-na-rua>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- BURSZTYN, M. I. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. (Org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003b. Cap. 1, p.27-55. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pBR&dr=&id=Ap8ohvCqljoC&oi=fnd&pg=PA19&ots=N5y4qR-egs&sig=0pbvV90klMRFdI98YW8egyl42ZA&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 18 mar. 2023.
- CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Guia de Atuação Ministerial: defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Brasília – CNMP, 2015. Disponível em: http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/Guia_Ministerial_CNMP_WEB_2015.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA MINAS GERAIS (CRP-MG). A psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios. Belo Horizonte: CRP-MG, 2015.
- NATALINO, M. A. C. ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL. Texto para discussão. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Di-soc_Estimativa_da_Populacao.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU (Brasil). Secretaria Municipal do Bem-Estar

Social. 2023. Padrão Normativo da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, 2023: Serviço de Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Adultos e Famílias, Bauru/SP, p. 1-15, 2023. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_bemestar/SUAS/Municipais/2;Padr%C3%B5es%20Normativos/Rede%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Social%20Especial/Alta%20Complexidade%20-%202023/Servi%C3%A7o%20de%20Acolhimento%20Institucional%20em%20Casa%20de%20Passagem%20para%20Adultos%20e%20Fam%C3%A9lias.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU (Brasil). Secretaria Municipal do Bem-Estar Social. 2023. Padrão Normativo da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, 2023: Serviço Especializado em Abordagem Social, Bauru/SP, p. 1-19, 2023. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_bemestar/SUAS/Municipais/2;Padr%C3%B5es%20Normativos/Rede%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Social%20Especial/M%C3%A9dia%20Complexidade%20-%202023/Servi%C3%A7o%20Especializado%20em%20Abordagem%20Social.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU (Brasil). Secretaria Municipal do Bem-Estar Social. Padrão Normativo da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, 2023: Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos em situação de rua., Bauru/SP, p. 1-15, 2023. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_bemestar/SUAS/Municipais/2;Padr%C3%B5es%20Normativos/Rede%20de%20

[Prote%C3%A7%C3%A3o%20Social%20Especial/Alta%20Complexidade%20-%202023/Servi%C3%A7o%20de%20Acolhimento%20Institucional%20para%20Adultos%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua.pdf](https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/arquivos_site/sec_bemestar/SUAS/Municipais/2;Padr%C3%B5es%20Normativos/Rede%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20Social%20Especial/Alta%20Complexidade%20-%202023/Servi%C3%A7o%20de%20Acolhimento%20Institucional%20para%20Adultos%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua.pdf). Acesso em: 15 mar. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU (Brasil). Departamento de Comunicação e Documentação da Secretaria dos Negócios Jurídicos. Diário Oficial, nº 3.629, 01/12/2022. Diário Oficial de Bauru, Bauru/SP, ano XXVII, p. 1-45, 1 dez. 2022. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_diariooficial/2022/12/do_20221201_3629.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU (Brasil). Secretária da Saúde de Bauru. Saúde divulga balanço do 'Consultório na Rua' que atende moradores em situação de vulnerabilidade. Bauru/SP, p. 1, 1 maio 2019. Disponível em: <https://www2.bauru.sp.gov.br/materia.aspx?n=33688>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 4, p. 662-679, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zZmF-6jcYxpRqGS4b5QMX9sQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2023.